



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE 2026**

-----No dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência do senhor António Rui de Sousa Godinho Sampaio, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Jaime Miguel Fernandes Garcia, Nuno Miguel Martins Bandeira, Paula Cristina Silva Matos Neves e Ana Paula Rodrigues Gonçalves. -----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto. -----

-----Seguidamente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – FALTAS -----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE -----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES -----

2 – PÚBLICO -----

3 – ORDEM DO DIA -----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

3.2 – GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA/CONTRIBUTO PARA A RESPOSTA INTEGRADA E DE REVITALIZAÇÃO TERRITORIAL - PARTIDO SOCIALISTA -----

3.3 – ERSUC/COMPETITIVIDADE SALARIAL - RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA -----

3.4 – ERSUC/DISTRIBUIÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GÓIS EM 2025 -----

3.5 – APIN/AUSCULTAÇÃO - EVENTUAL DEVOLUÇÃO DA TARIFA FIXA DA ÁGUA -----

3.6 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/27/RATIFICAÇÃO -----

3.7 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO -----

3.8 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/RATIFICAÇÃO -----

3.9 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E CAPITAL -----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE – O senhor Presidente de acordo com a solicitação do senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referente à cedência de cópia do protocolo celebrado entre o Município de Góis e a Fox Fleet Unipessoal Lda, empresa promotora do Chronosphere Festival deu conhecimento das obrigações de ambas as partes, tendo facultado o documento. -----

-----No âmbito dos trabalhos que têm vindo a ser realizados de reposição da rede de comunicações deu conhecimento da comunicação da MEO relativamente à reposição dos serviços nas zonas mais afetadas pela recente tempestade, tendo apresentado dados sobre o concelho, tendo sido criada para efeitos de consulta uma página informativa da empresa que contém informação sobre a reposição dos serviços. -----

-----Na área da saúde informou que, no passado dia 18.02.26, esteve presente no concelho uma Equipa Técnica da ULS de Coimbra constituída por um médico, um enfermeiro e um engenheiro informático, de forma a verificarem in loco se os locais onde irão ser dinamizadas as consultas de telemedicina reúnem condições para esse mesmo efeito, nomeadamente na sede da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e na extensão de Saúde de Alvares, estando previsto o início deste serviço no princípio de março. Neste sentido, referiu que para que este serviço se inicie terá que haver previamente formação dos mediadores digitais, que serão técnicos do Município, sendo da responsabilidade dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde promover essa formação. Referiu que, no passado dia 20.02.26, remeteu uma comunicação para o gabinete da senhora Ministra da Saúde a solicitar que fossem disponibilizados os referidos contactos a fim de se poder agendar a formação. Entretanto, no dia de ontem o Dr. Albino Miguel, membro da citada Equipa Técnica da ULS, remeteu um e-mail, com o seu conhecimento, ao Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, solicitando os contactos dos responsáveis para a calendarização da formação para que se possa dar início ao funcionamento dos balcões. Ainda nesta matéria referiu que inicialmente a formação era somente dirigida para dois técnicos municipais, contudo é intenção da Câmara Municipal que mais trabalhadores a façam para que nas faltas e impedimentos possam os serviços funcionar no seu pleno. Sobre o horário de atendimento referiu estar previsto o funcionamento entre as 11h00 às 13h00, à segunda-feira, na freguesia de Vila Nova do Ceira e à sexta-feira, no mesmo horário, na freguesia de Alvares,

complementando o serviço que ali é prestado à quarta-feira, tendo para o efeito dado conhecimento de como é que irão ser efetuados os agendamentos das consultas de telemedicina. Acresce que em função daquela que é a nossa realidade populacional entende ser uma mais-valia a disponibilização deste serviço à nossa comunidade uma vez que se perspetiva que, no futuro, venha a ter também consultas de especialidade em algumas áreas. -----

-----Ainda na área da saúde informou que, no dia de ontem, em Fajão, Pampilhosa da Serra, realizou-se uma reunião de apresentação de Francisco Maio Matos, recentemente nomeado Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra, tendo a sua pessoa apresentado os constrangimentos com que atualmente nos debatemos, tendo o próprio solicitado que lhe fosse encaminhada a comunicação, anteriormente remetida, a fim de que possa ter conhecimento dos factos. Referiu que da reunião pode concluir que há a intenção de manter a ligação de proximidade, tendo sido facultados os contactos dos interlocutores das diversas áreas sempre que se verifique algum tipo de necessidade. Prevaleceu-se para informar que estaria previsto anteriormente a criação de Comunidades de Saúde, integrando o Município de Góis, a Comunidade de Saúde 4, com os concelhos de Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, não tendo sido as mesmas implementadas. Neste sentido, referiu que o novo CA da ULS tem uma nova estratégia para as Comunidades de Saúde, pretendendo a implementação em duas fases, ou seja, continuação da lógica de proximidade, todavia mais centralizada, pelo que irá ser feita previamente uma abordagem aos Municípios estando prevista uma nova dispersão geográfica. Uma outra medida que irá ser tomada pela ULS é nomear o representante nos Conselhos Municipais de Saúde, sendo um órgão previsto no diploma da transferência de competências o qual nunca foi implementado pelo simples facto da ULS nunca ter indicado quem a representaria. Sobre a Estratégica Municipal de Saúde referiu que atualmente está sob consulta nos Municípios, tendo esta sido encaminhada para o Centro de Saúde para se pronunciar a fim de o documento ser remetido à CIM RC e, posteriormente, ser do conhecimento dos órgãos autárquicos. Na área da formação referiu perspetivar-se a mesma dirigida aos Assistentes Técnicos para que possam estar munidos de informação técnica capaz de poderem prestar um melhor serviço. A CIMRC também terá que indicar um vogal do CA, pelo que irá continuar a política de descentralização de serviços acrescentando novos serviços aos que já se encontram a ser implementados, ou seja, neste momento existem as equipas de cuidados continuados saúde mental, retinopatia diabética

e feridas complexas, sendo intenção a criação de outras equipas que possam intervir em outras áreas. Um outro assunto falado foi a falta de médicos em algumas unidades de saúde sendo também intenção a melhoria da prestação destes serviços bem como estimular os jovens médicos para que, em início de carreira, possam prestar serviço nos concelhos do interior da nossa região. Os Municípios foram consultados relativamente à prestação dos serviços de saúde tendo a sua pessoa colocado ao corrente do que presentemente se passa no nosso concelho.----

-----O senhor Presidente deu também conhecimento que, no dia 19.02.25, realizou-se reunião do CI da CIM RC tendo sido um dos assuntos abordados as infraestruturas rodoviárias nos concelhos, pelo que foi deliberado fazer um comunicado a reivindicar, junto do Governo, que haja urgentemente financiamento para a reabilitação das infraestruturas rodoviárias da região danificadas devido ao mau tempo que provocou várias derrocadas e estradas cortadas. Referiu que a questão da isenção das portagens foi também abordada sendo um fator defensável, contudo foi unânime que a prioridade deveria recair na segurança e a operacionalidade da rede viária, tendo sido exigidos apoios imediatos para a reposição integral das condições de segurança, mobilidade e funcionalidade das infraestruturas afetadas. O estado de degradação das várias vias estruturantes, dos diversos municípios deste território, tem colocado em causa a segurança dos munícipes, a competitividade económica das empresas locais que sem uma intervenção imediata põe em causa a segurança e a mobilidade das populações. Por conseguinte, a CIMRC vai exigir uma resposta célere e concreta ao Governo reforçando que esta exigência de apoios não se trata de um privilégio, mas sim de um direito básico, condição essencial para garantir a coesão e o desenvolvimento de todo o território da região. Ainda sobre os danos no âmbito das recentes intempéries informou que, no dia 13.02.26, remeteu para o gabinete do senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, com conhecimento à IP – Região Centro, um pedido de intervenção urgente e imediata para normalização da circulação na EN342, Gois-Arganil, tendo o Município de Arganil tomado a mesma posição, reforçando a dificuldade existente por ser uma via diariamente utilizada por estudantes, trabalhadores, empresas e munícipes sendo imperativo que esta intervenção se faça com urgência. Em relação às várias intervenções que terão que ser efetuadas no concelho referiu terem sido já sinalizadas, parte destas com um grau de dificuldade acrescido, lembrando que a ligação entre S. Martinho e Piães se encontra cortada, tendo havido um abaixamento da via com algum impacto, pelo que

iremos reunir com os proprietários de forma a cederem parte dos seus terrenos porquanto a estrada não poderá ficar da forma que se encontrava anteriormente, em virtude de as condições de segurança não se encontrarem garantidas. Acresce a esta situação a zona do Caracol, Vila Nova do Ceira, estando o projeto em fase de elaboração, ainda nesta freguesia temos a EN342-3, a qual terá que ter uma intervenção com alguma profundidade, sem nos esquecermos a situação na Portela do Torgal, junto à Fonte dos Sapos, freguesia de Alvares. A estas situações acrescem outras que, apesar de não terem a mesma dimensão, são igualmente preocupantes pelo facto de obrigarem os utilizadores a circularem em outras vias que também não se encontram nas melhores condições e, como tal, degradam-se ainda mais, necessitando de uma atenção permanente, facto que acontece periodicamente por parte dos serviços externos. Concluiu este assunto informando que os serviços se encontram a elaborar candidaturas no âmbito dos apoios promovidos pelo governo na sequência das intempéries em que a legislação aborda alguns procedimentos de forma simplista, tendo para o efeito exemplificado, sendo que na plataforma os preenchimentos de dados vinculam e responsabilizam o técnico que irá efetuar essa validação, tendo a CIMRC criado também uma equipa para efetuar as validações nos municípios que carecem deste apoio, sendo que a equipa do município conhece bem o terreno, as pessoas, os casos, sendo que o que está em causa é a reposição com a máxima celeridade da normalidade e da necessidade das intervenções das habitações.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu terem sido já submetidas 15 candidaturas tendo a equipa técnica da Câmara Municipal analisado e validado 12 candidaturas, porquanto as outras 3 não se tratavam de habitações próprias ou permanentes, as restantes encontram-se em fase de aperfeiçoamento, tendo para o efeito procedido aos esclarecimentos sobre o que se refere a legislação e o que é solicitado na plataforma em termos de documentação havendo algumas discrepâncias, pelo que desta forma a equipa técnica terá que verificar se os documentos se encontram em conformidade com o que é solicitado na legislação e na plataforma para que possa atestar com segurança e submeter a candidatura à CCDRC. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no esclarecimento a senhora Chefe da DGUPA mencionou que se as habitações estiverem legalizadas a candidatura poderá ser submetida e o subsídio é atribuído. Sobre a habitação ser própria e não permanente foi uma

questão também abordada em reunião tendo sido informado que iria ser analisada essa situação e, posteriormente, seria informado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – A senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves iniciou a sua intervenção fazendo alusão à abertura, no terceiro fim de semana de cada mês, do Parque da Monteiro – Ciclo da Truta, congratulando-se por este equipamento ser aberto ao público em virtude de podermos continuar a promover o potencial natural do concelho. Contudo, no âmbito desta boa prática questionou para quando é que está prevista a abertura, aos domingos, do Posto de Turismo. Salientou as sessões de cinema que têm sido dinamizadas na Casa da Cultura de Góis, congratulando-se por este facto, prevalecendo-se para fazer alusão ao último filme passado por entender ter sido lançado em Portugal, no passado mês de dezembro, entendendo estarem reunidas condições para que todos possam ter acesso a filmes que se encontram em cartaz nas salas de cinema do país. Parabenizou o Município de Góis, na pessoa do senhor Presidente, pela conquista do Galardão Autarquia Voluntária 2025, prémio reconhecido pelas boas práticas que se têm desenvolvido nas áreas do voluntariado e solidariedade, evidenciando este galardão a participação ativa dos cidadãos reforçando as redes de cooperação local contribuindo para uma comunidade mais solidária e participativa. Nesta 3ª edição foram distinguidas apenas 31 Autarquias, na qual se encontra a Câmara Municipal de Góis, revelando inequivocamente práticas e dinâmica traduzidas em projetos que estimulam o desenvolvimento cívico, responsabilidade social, entre outras. Relembrou que a cerimónia de entrega do referido galardão terá lugar no dia de hoje em Lisboa. Ainda em matéria de felicitações dirigiu-as à Lousitânea pelo sucesso, mais uma vez, da Corrida do Entrudo nas Aldeias do Xisto e o momento festivo que promoveram a todos quantos se associaram, principalmente, após um período em que todos vivemos um pouco angustiados, fruto das recentes intempéries. Ainda sobre este evento a senhora Vereadora apresentou a seguinte reflexão: manter e valorizar as tradições pode ser um verdadeiro motor de desenvolvimento local não apenas como preservação cultural, mas como estratégia estruturada para atração de pessoas e investimentos. Estes eventos devem ser vistos não apenas como celebrações locais, mas como produtos turísticos estruturados aumentando o fluxo turístico, dinamizando o comércio e restauração, valorizar o património material e imaterial reforçando a coesão social e, por fim, atrair novos



residentes à procura de qualidade de vida com identidade. De igual modo felicitou o Grupo 74 de Escoteiros de Góis pela realização no Conselho Regional na vila de Góis, iniciativa que aconteceu no passado sábado, na qual esteve presente a Chefia do nosso Grupo de Escoteiros, sendo que no âmbito para eleição da Chefia Regional para o triénio 2026/29 parabenizou, com alegria e orgulho, a Chefe Carolina Rosa, pertencente à nova equipa eleita, transitando também da anterior equipa. Ainda sobre a temática dos Escoteiros exortou para que todas as pessoas se associem à Campanha Solidária de Fundos para obras na sede dos nossos Escoteiros em Bordeiro, pretendendo a angariação do valor de três mil euros, pelo que convidou todos a consultarem a página dos Escoteiros Grupo 74 de Góis para que consigamos todos juntos ajudar a concretizar este objetivo que, certamente, as nossas crianças e jovens agradecerão por ajudarmos a cumprir esse objetivo.-----

----Terminou a sua intervenção referindo que hoje, 24 de fevereiro, cumprem-se quatro anos sobre o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, conflito que continua a provocar milhares de vítimas, destruição significativa e instabilidade na Europa e no mundo. Referiu que, independentemente das leituras geopolíticas existentes, há um princípio que deve ser inequívoco: o respeito pela soberania dos Estados e pelo direito internacional. Sublinhou que a violação desses princípios, consagrados na Carta das Nações Unidas, não pode ser normalizada nem relativizada. Manifestou ainda preocupação pela incapacidade da comunidade internacional em pôr termo ao conflito e pelo risco crescente de intervenções militares à margem do direito internacional e sem qualquer mandato das Nações Unidas, alertando que a relativização da soberania e das normas internacionais abre caminho a um “vale-tudo” global, constituindo um risco sério para todos os países, independentemente da sua dimensão. Por fim, afirmou que, enquanto representantes de um concelho do interior que valoriza a paz, a cooperação e o multilateralismo, importa reafirmar o compromisso com uma ordem internacional assente em regras, no diálogo e na diplomacia, como únicos caminhos sustentáveis para a construção de uma paz duradoura.-----

-----O senhor Presidente referiu que a intervenção da senhora Vereadora espelha estar atenta aos eventos que o Município de Góis dinamiza e promove. Em relação ao Entrudo nas Aldeias do Xisto referiu que, face ao tempo que se previa e também de alguma incerteza, foi uma surpresa quanto ao número de pessoas que se associaram a esta iniciativa sendo revelador que esta é



uma atividade consolidada tendo um impacto importante no concelho em termos turísticos e de identificação do território. Nessa ótica, referiu que a Lousitânea foi convidada para representar, no presente ano, Portugal, no Festival Surva, que se realizou em Pernik na Bulgária, facto que nos orgulha reforçando aquele que tem sido o papel do Município em apoiar as atividades das pessoas que estão ligadas à Lousitânea e que dinamizam as Aldeias do Xisto. Referiu ainda que estamos a tentar certificar a máscara de cortiça, processo este que tem diversas fases, pelo que esperamos que se consiga atingir este mesmo objetivo. Relativamente ao Grupo de Escoteiros 74 de Góis fez alusão às atividades que o Grupo dinamiza ao longo do ano, estando o Município disponível para colaboração no que for necessário para as obras necessárias na sede, tendo em conta que o imóvel é propriedade da Câmara Municipal. Relativamente à invasão da Ucrânia referiu que a seguir à Segunda Guerra Mundial foi a guerra que mais se prolongou, com todas as consequências que diariamente podemos constatar nos órgãos de comunicação social, lembrando a posição do Município de Góis assim que se iniciou esta guerra, porquanto acolhemos famílias, algumas destas optaram por fixar residência no concelho, estando integradas dentro da nossa comunidade, as crianças e jovens encontram-se a estudar e os pais a trabalhar, devendo ser para todos nós um motivo de orgulho pois ajudámos famílias que tiveram que se deslocar do seu país para poderem ter uma vida digna.-----

----A senhora Vereadora Paula Cristina Silva Matos Neves em relação às últimas intempéries que assolaram o nosso país referiu que muitos foram os agradecimentos dirigidos às forças de intervenção e a todas as pessoas envolvidas na recuperação das estradas e caminhos, porém desejava apresentar uma palavra de apreço a todos os voluntários, fazendo parte deste bolo os vizinhos pois também estes, desde a primeira hora, dedicaram o seu tempo e o seu trabalho na ajuda ao próximo, porquanto houveram pequenas intervenções que foram efetuadas no imediato fruto do esforço entre os residentes das zonas afetadas, sendo exemplo disso a recuperação de alguns telhados, por forma a que a chuva não efetuasse ainda mais danos nas habitações. Foi também este movimento a nível nacional, tal como pudemos constatar na comunicação social e redes sociais, onde também os Escoteiros de Góis foram ajudar a comunidade de Leiria, assim como os nossos munícipes da freguesia de Alvares que também se voluntariaram, no imediato, que pôs mãos à obra na ajuda a quem precisou assim que a tempestade passou tendo sido um gesto de louvar pelos seus vizinhos e amigos, entendendo que



publicamente também esse agradecimento e reconhecimento deverá ser aqui reforçado.-----

-----Na senda do voluntariado fez menção ao Galardão Autarquia Voluntária referindo que a autarquia foi distinguida pelo facto de ser também um órgão voluntário associando-se a várias ações de interesse social e comunitário, sendo exemplo a atividade “Med On Tour”, promovida pelo Departamento de Saúde Pública, Reprodutiva e Ambiental do Núcleo de Estudantes de Medicina da Associação Académica de Coimbra, em que os estudantes de Medicina realizaram junto da população sénior e estudante atividades de prevenção de doença, promoção, educação e sensibilização para a saúde; o “Just a Change” em que 40 jovens voluntários dedicaram quinze dias das suas férias de verão a recuperar habitações de pessoas carenciadas, a “Concentração Mototurística”, que vive e sobrevive graças aos voluntários que durante todo o ano trabalham para levar a efeito o evento, as “Residências Artísticas” em que acolhemos jovens e artistas que recuperam a beleza de alguns espaços como os lavadouros existentes em algumas das nossas aldeias, bem como todas as atividades que são dinamizadas junto da nossa comunidade sénior. Efetivamente o Município tem um excelente trabalho ao nível do voluntariado sendo este prémio o seu reconhecimento sendo no dia de hoje a cerimónia de entrega do referido galardão onde o Município de Góis se fará representar pelo senhor Vice-Presidente. Ainda sobre obtenção de prémios informou que o Município de Góis foi também agraciado com a Bandeira de Mérito Social a qual reconhece organizações que promovem o bem-estar social, combatendo a pobreza e a vulnerabilidade, tendo sido apresentado o “Projeto Aproximar”, o qual nasceu da necessidade de responder a uma realidade adversa: o envelhecimento acentuado e o isolamento que afeta muita da nossa população, especialmente em zonas mais remotas e com menor acesso a recursos sociais e culturais, tendo este como a missão criar condições para promover um envelhecimento ativo, digno e saudável, contribuindo para a criação de um território mais próximo, inclusivo e participativo, sendo dinamizadas ações de saúde, desporto, segurança, informática, entre outras.-----

-----Proseguiu a sua intervenção informando que o Grupo de Trabalho de Bibliotecas de Góis lançou um desafio à comunidade para apresentar um logotipo relativo à Rede de Bibliotecas do Concelho, sendo uma parceria entre o Município de Góis – Biblioteca Municipal António Francisco Barata, a Biblioteca Escolar e também Rede Concelhia de Bibliotecas, exortando à participação na elaboração de um símbolo criativo identificativo da nossa Rede de Bibliotecas do

Concelho. -----

-----Relativamente às sessões de cinema apresentadas na Casa da Cultura referiu que no passado sábado passou o filme Avatar – Fogo e Cinzas, película direcionada ao público mais jovem, porém a sala acolheu um número considerável de jovens e menos jovens o que nos agrada pois é relevador de que a implementação desta atividade tem sido positiva.-----

-----O senhor Presidente sobre o Projeto Radar Social informou que antes da presente reunião procedeu à assinatura do termo de aceitação da prorrogação da candidatura apresentada pelo Município, sendo que irá ser prorrogada até junho de 2026, cujo financiamento será na ordem dos 160.000,00€, valor que inclui a remuneração da Equipa Técnica alocada ao projeto, consubstanciando-se a prorrogação do prazo da candidatura no reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido face aos objetivos do projeto. Em função das anteriores intervenções sobre as sessões de cinema informou que foi proposto levar a efeito um Festival de Cinema em Góis, cuja apresentação irá ser feita no Góis Oroso Arte, perspetivando-se levar a efeito durante o ano de 2027, com sessões de cinema descentralizadas nas aldeias e também a promoção de um concurso a decorrer ao longo do próximo ano. Sobre os filmes que são passados na Casa da Cultura referiu que a programação destes é feita tendo em conta os diversos públicos, resultando esta programação das excelentes condições técnicas existentes neste auditório. -----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia na sequência da informação do senhor Presidente sobre a prestação do serviço de telemedicina brevemente nas freguesias de Alvares e Vila Nova do Ceira referiu que, por uma questão de equidade entre autarquias e por ser também uma freguesia que dista também de alguns quilómetros da sede do concelho e tendo em conta a orografia acentuada deste território, seria interessante equacionar, no futuro, que este serviço pudesse ser também extensível à União das Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, ainda que não fosse de caráter semanal poderia ser quinzenal para que os munícipes das aldeias desta freguesia pudessem também usufruir deste apoio.-----

----Após o balanço nacional das recentes tempestades e da sua incidência no concelho de Góis, importa afirmar que a recuperação tem de ser abrangente. Salientou que o concelho apresenta danos em infraestruturas, vias municipais, taludes e linhas de água, tendo ainda registado cheias severas no rio Ceira e falhas prolongadas de energia e comunicações, mantendo-se algumas destas conforme explanado pelo senhor Presidente, realidade agravada pela grande dimensão

territorial e dispersão de localidades. Registrou as preocupações públicas já manifestadas pelo Senhor Presidente da Câmara e reconheceu o trabalho desenvolvido por todos os operacionais e entidades locais. Contudo, questionou como se poderá transformar o estado de calamidade e o PTRR – Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência em apoios imediatos e em execução efetiva no terreno. Nesse sentido, apresentou três exigências concretas:-----

-----1. Financiamento imediato para reparações municipais, defendendo a criação de um mecanismo célere que permita suportar a reposição de infraestruturas sem comprometer a tesouraria municipal, sabendo ser uma preocupação do Executivo municipal, considerando essencial que o Governo operacionalize, com urgência, instrumentos específicos de apoio às autarquias. O PTRR prevê uma espécie de discussão pública até ao final do mês de março, realçando ser daqui a um mês, entendendo que terá que ser um processo mais célere ou será necessária haver uma antecipação daquilo que é a reposição de algumas infraestruturas que criem maiores dificuldades.-----

-----2. Reposição e robustez das comunicações, sublinhando que, em Góis, as comunicações constituem-se numa questão de segurança e não de conforto. Defendeu soluções com redundância e autonomia, recordando que o PTRR prevê o reforço da resiliência das comunicações, roaming nacional temporário, desenvolvimento do SIRESP e dotação por freguesia de meios de comunicação e conectividade resilientes, questionando quando e como essas medidas terão aplicação concreta no concelho.-----

-----3. Plano urgente para reabilitação das vias afetadas, afirmando que não basta identificar necessidades, sendo indispensável calendarização, definição de prioridades, meios e execução efetiva, sobretudo nas estradas e caminhos que asseguram acessos a populações e serviços essenciais. Referiu expressamente a EN 342 (Góis–Arganil), a ligação à Lousã e a situação registada na EN 2, em Vila Nova do Ceira, a estrada junto à Portela do Torgal e outras ligações secundárias, considerando tratar-se de vias estruturantes e absolutamente vitais para a mobilidade diária, acesso a cuidados de saúde, educação e atividade económica. Defendeu que, perante ruturas e maior vulnerabilidade, a prioridade deve ser reforçada e não adiada. Acrescentou que não devem as intempéries servir de argumento para relativizar, atrasar ou reavaliar investimentos já anunciados para as acessibilidades ao concelho, devendo a Câmara Municipal manter-se particularmente atenta e firme na salvaguarda dos compromissos

assumidos pelo Governo, evitando que sejam diluídos, reprogramados indefinidamente ou remetidos para segundo plano sob o pretexto da excecionalidade climática.-----

-----Sublinhou ainda que, para sustentar qualquer pedido de apoio, é decisivo que o Município conclua o inventário e a georreferenciação dos danos, com metodologia clara e prazos curtos, considerando que, sem dados concretos e evidência no terreno, os apoios tendem a atrasar-se ou a perder-se na generalidade das medidas. -----

-----Relativamente ao resumo preliminar e à metodologia de submissão das candidaturas apresentada pela senhora Chefe de Divisão, referiu ter ficado com a perceção de que existia maior preocupação na salvaguarda da posição dos técnicos municipais do que no apoio direto aos munícipes lesados, admitindo, contudo, não ser essa a intenção. Sublinhou ser fundamental ultrapassar constrangimentos formais, garantindo que os apoios cheguem efetivamente a quem deles necessita.-----

-----Concluiu afirmando que não se pode responder apenas ao passado, sendo necessário preparar o futuro. Referiu que o PTRR assume uma lógica de resiliência multirrisco, incêndios, cheias, tempestades e risco sísmico, defendendo que Góis necessita de investimento preventivo, designadamente na gestão da bacia do Ceira, intervenções em rios e ribeiras, reforço da capacidade local de resposta, autonomia energética em pontos críticos e comunicações resilientes em todas as freguesias.-----

-----Por fim, questionou se já existe uma estimativa preliminar dos prejuízos e um mapa de prioridades, bem como qual o plano municipal para assegurar que as medidas de resiliência previstas no PTRR tenham tradução prática no concelho de Góis, sublinhando que o que o concelho necessita é de apoios efetivos, execução concreta e preparação do território, com prazos, meios e resultados.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção referindo que, considerando o recente debate público, amplamente divulgado na comunicação social, sobre o carácter “selvagem” do Rio Ceira, o Município deve adotar uma postura responsável, antecipando eventuais iniciativas externas que possam vir a propor alterações estruturais ao regime do rio, no contexto da mitigação do risco de cheias. Sublinhou que o concelho não pode ser mero espectador de decisões tomadas fora do seu território. Esclareceu ainda um ponto técnico fundamental: não existe qualquer possibilidade realista de construção de novas infraestruturas entre a foz do Ceira e a vila de Góis, porquanto

esse troço atravessa diversas localidades ribeirinhas consolidadas, sendo que qualquer solução estrutural nessa extensão implicaria impactos sociais e territoriais incomportáveis. Acrescentou que, a existir margem para uma solução de regularização estrutural, a mesma se localizará exclusivamente a montante da vila de Góis, na área da já existente Barragem/Central Hidroelétrica do Monte Redondo. Referiu tratar-se de uma infraestrutura em funcionamento e com produção hidroelétrica, cuja eventual otimização poderia permitir o aumento da capacidade de retenção, maior capacidade de encaixe em episódios de cheia média e uma melhor gestão sazonal de caudais. Salientou igualmente que, neste cenário específico, o impacto territorial seria relativamente reduzido quando comparado com outras hipóteses em troços mais densamente ocupados, uma vez que, a montante de Góis, a eventual afetação de terrenos, acessos e atividades se apresenta limitada e concentrada, tornando tecnicamente mais exequível a análise dessa possibilidade. Perante este enquadramento, defendeu que o Município deve:-----

-----1. Antecipar o debate, em vez de reagir a eventuais decisões já formatadas;-----

-----2. Solicitar formalmente ao Governo e à Agência Portuguesa do Ambiente informação sobre a eventual existência de estudos relativos a intervenções de regularização estrutural no Rio Ceira;-----

-----3. Caso tais estudos existam, exigir que os mesmos avaliem a capacidade adicional real de retenção, a segurança estrutural, o custo-benefício e o impacto ambiental;-----

-----4. Assegurar que qualquer decisão tenha o concelho de Góis como parte ativa no processo.-

-----Concluiu afirmando que não se trata de descaracterizar o rio por impulso, nem de o manter “selvagem” por romantismo, mas sim de garantir a segurança das populações com base em dados técnicos e no respeito pelo território.-----

-----O senhor Presidente em relação à questão da telemedicina referiu que o que se pretende é que este serviço possa abranger todo o território porquanto não desejamos criar situações de desigualdade, sublinhando que a escolha recaiu em Vila Nova do Ceira porquanto houve uma manifestação de interesse da parte do senhor Presidente desta Freguesia. Referiu que as consultas são prestadas unicamente por um médico pelo que importa ter conhecimento se existe disponibilidade para a prática deste serviço em outros horários pois os mesmos recaíram em função da disponibilidade existente à data, pelo que irá tomar os devidos procedimentos para verificar a possibilidade da prestação deste serviço na União das Freguesias. Em relação à questão



do estado de calamidade e dos apoios imediatos referiu que o PTRR é um documento genérico não especificando determinadas situações e, nessa ótica, há uma preocupação quanto à forma como os Municípios serão apoiados financeiramente para poderem acorrer às diversas situações, questão abordada na reunião da CIMRC, tendo sido falado que, provavelmente, será através da contração de empréstimos através do BEI não se tendo conhecimento se será a administração central a contrai-lo, disponibilizando as verbas em função das intervenções que forem sinalizadas para efetuar, ou se serão os Municípios a contrair os empréstimos em virtude de ser feito de forma especial tendo em conta o endividamento do Município. Apesar de não estar definido, foi uma preocupação manifestada pelos presentes, pelo que brevemente deverá haver uma solução nesta matéria até porque, no dia de ontem, foi rececionado um e-mail da CIMRC para reportarmos à CCDRC os danos municipais existentes nas diversas áreas, as quantidades, os valores que estão previstos na intervenção, pelo que poder-se-á concluir que poderá já existir alguma previsão, estando esse trabalho a ser elaborado. Sobre as comunicações referiu que também nos preocupa pelo que por essa ordem o Município de Góis se constituiu como interessado quando houve necessidade de indicar as áreas brancas, processo que se encontra a ser desenvolvido, salientando que a DTS, empresa vencedora do concurso, solicitou à Câmara Municipal um espaço público para colocação dos armários onde irá ser implementada a fibra ótica, um na zona do Campo de Ténis e um outro na Portela do Torgal. Sobre os geradores informou que a Câmara Municipal já tomou as devidas diligências para colocar este equipamento em alguns lugares estratégicos para que em ocorrências desta natureza possamos estar apetrechados no sentido de podermos dar uma resposta adequada. Em relação às vias danificadas informou que se encontram devidamente identificadas sendo que, presentemente, temos capacidade, através dos nossos meios, de podermos fazer intervenções para que de forma mais célere podermos repor as vias em estado de circulação adequado e com segurança, trabalho esse em curso, sendo preocupação que as vias se reponham com a mais brevidade possível, pelo que irá ser criada uma rubrica própria alusiva ao valor que se encontra a ser gasto para que junto da CCDRC possamos reivindicar esse valor. Sobre a inventariação referiu ter sido efetuada por vários técnicos do Município, não somente in loco, mas também com registo fotográfico, tendo sido solicitado apoio à Municípiã por ter meios para poder monitorizar as diversas áreas e efetuar um trabalho que mais rapidamente nos permita efetuar as intervenções e verificar o estado de

alguns equipamentos, sendo também sua preocupação algumas das pontes existentes no concelho, como a da Monteiro, Cerejal, Várzea Pequena e até mesmo a Ponte Real, porquanto através dos equipamentos conseguem verificar quais os danos existentes nestas infraestruturas, bem como as intervenções que cada uma carece, para que possamos lançar procedimentos concursais para o efeito. Relativamente à preocupação por parte dos Técnicos que acompanham as candidaturas referiu ser intenção que os processos sejam céleres e que os requerentes possam ter as situações resolvidas. Em relação aqueles que foram os estragos de maior monta referiu que na freguesia de Alvares duas habitações tiveram os telhados levantados, existindo outras que em houve apenas queda de telhas as quais já foram repostas, tendo no Lar das Cortes se verificado alguns estragos, contudo a equipa técnica da Câmara Municipal ajudou a recuperar o estado do telhado. Efetivamente o foco da Câmara Municipal não está em complicar os processos sendo que temos que perceber que as facilidades, por vezes, geram complicações e daí resultam problemas, tal como aconteceu no passado, sendo que o procedimento não é o de complicar o desenvolvimento de qualquer processo, mas sim elaborar os processos com segurança para que as candidaturas possam estar em conformidade para que os trabalhos possam ser financiados. Em relação ao Rio Ceira referiu que em sede do CI a preocupação manifestada foi com as redes viárias, porém a referência efetuada pelo senhor Vereador foi também pela senhora Presidente do Município de Coimbra, tendo a sua pessoa manifestado a preocupação relativa aos cursos de água e aos rios e verificar o seu estado atual para que o que se perspectiva realizar futuramente possa ser também direcionado às intervenções que sejam necessárias fazer nos açudes, margens, galerias ripícolas, reposição do arvoredos, enfim tudo o que temos conhecimento e que o senhor Vereador tem também referido em sede do Executivo, sendo do nosso conhecimento todas essas necessidades que, naturalmente, têm impacto no que acontece no período mais quente do ano os caudais, os aparecimentos de algas, pelo que estas situações têm de ser acauteladas de forma estruturada e o que tem acontecido ao longo destes anos é a degradação dos açudes servindo estes para regular os cursos de água podendo regulá-los no verão e também podem ajudar, em caso de cheias, que o rio não tenha o impacto que se tem verificado. No anterior mandato a APA solicitou que o Município de Góis sinalizasse os açudes que necessitavam de intervenção tendo esse trabalho sido efetuado, porquanto esperava-se haver uma candidatura para que se pudesse fazer a recuperação destes, porém até à data o assunto não teve qualquer desenvolvimento.

Ainda nesta matéria mencionou a referência feita pela a senhora Presidente do Município de Coimbra à Barragem de Girabolhos, podendo as intervenções que se perspetivam realizar abrangerem outros cursos de água para evitar que, no futuro, o caráter selvagem que o rio tem atualmente ainda se torne mais selvagem em função da degradação recentemente ocorrida, sendo certo que devido ao volume de água ainda não podemos vê-la, mas que no futuro será possivelmente quantificada. Em relação ao valor estimado dos prejuízos no nosso concelho referiu ultrapassarem seguramente os 500.000,00€ havendo situações que ainda não estão devidamente quantificadas sendo que tendencialmente o valor será superior.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA referiu que a dimensão dos estragos foi superior aqueles que derivaram dos incêndios de 2025 tendo o montante destes sido na ordem dos 800.000,00€, perspetivando-se que relativamente às intempéries o valor em causa seja superior face aos danos causados em edifícios municipais, sinalética, rede viária, entre outros. Ainda sobre o incêndio de 2025 referiu estar agendado para breve a assinatura do financiamento do projeto de recuperação da estrada entre as Aigras e somente agora é que também abriram os avisos para os apoios às infraestruturas que foram danificadas ao nível de veículos municipais e outro tipo de equipamentos com um prazo até final de abril. Referiu que a sua explicação é para que o Executivo tenha a perceção de como é que os apoios vão chegando ao nível de tempo, uma vez que foram remetidos os inventários tendo sido fechados em setembro de 2025 relativamente ao incêndio de agosto sendo que presentemente é que se encontram a ser abertas linhas de apoio para apresentação de candidaturas face aos danos desse incêndio.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia no âmbito do incêndio de agosto de 2025 referiu ser do seu conhecimento a existência de particulares que também sofreram danos nos seus bens, possivelmente tal como o Município que, até à data possam ainda não ter sido ressarcidos desses mesmos prejuízos.-----

-----Dada a palavra a senhora Chefe da DGUPA informou que os particulares já foram ressarcidos, uma vez ter sido somente na área da agricultura, tendo a Câmara Municipal acompanhado a candidatura através da validação desses mesmos apoios.-----

-----O senhor Vereador referiu que a sua questão foi respondida porquanto seria importante ter-se conhecimento da existência de munícipes que ainda não tivessem sido ressarcidos.-----

-----O senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção felicitando a atleta Ana Laura Gonçalves, por ter sido convocada para a equipa principal feminina do SCP, congratulando-se pela progressão que a jovem Goicense tem tido na carreira levando desta forma as nossas cores além-fronteiras. Felicitou os atletas da secção de Judo da AERG pelas recentes participações nos campeonatos de Judo, tendo parte destes subido ao pódio. Parabenizou a jovem Carolina Rosa Chefe do Grupo 74 – Escoteiros de Góis pela eleição para integrar a nova equipa do Conselho Regional de Escoteiros de Portugal. Ainda sobre os nossos Escoteiros referiu que o Município está atento às necessidades existentes na sua sede, tendo sido uma das primeiras ações, no mandato passado, de disponibilizar um espaço digno e com condições para acolher estes Grupo, pelo que a Câmara Municipal está disponível para colaboração sempre que necessário. Sobre a Corrida de Entrudo nas Aldeias do Xisto agradeceu à Lousitânea por todo o seu empenho e esforço para levar a bom porto o evento no presente ano, tendo em conta as condições climatéricas não terem sido as mais favoráveis. Porém, referiu ter sido, até ao momento, alcançado o recorde de participação de foliões entre muitos visitantes que se associaram a esta iniciativa, sendo de todo importante que mais população Goicense também participe nesta iniciativa. Sobre a abertura do Posto de Turismo ao domingo informou que junho será o mês que este serviço irá estar aberto a partir do dia 07.06.26, porquanto pela avaliação feita esta é o início da época do ano em que se verifica uma maior procura turística justificando-se o funcionamento deste serviço. Terminou, agradecendo à Equipa cessante da Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal pelo trabalho realizado desejando à nova Equipa votos de uma excelente jornada.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: Não houve qualquer intervenção por parte do público presente.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia dez de fevereiro do ano em curso, sendo assinada pelo senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.2 – GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA/CONTRIBUTO PARA A RESPOSTA INTEGRADA E DE REVITALIZAÇÃO TERRITORIAL – PARTIDO SOCIALISTA – O senhor Presidente

deu conhecimento do documento remetido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista do Contributo para a Resposta Integrada à Emergência e à Revitalização Territorial Pós-Tempestade Kristin - Proposta de Programa Nacional de Recuperação, Estabilização e Resiliência Climática.---

----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que os Vereadores do PS revêm-se na posição do GPPS, salientando que comparando o documento com o PTRR entende serem semelhantes, sendo positivo, significando que existe um alinhamento entre as preocupações do PS e do Governo sobre a matéria em questão.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.3 – ERSUC/COMPETITIVIDADE SALARIAL - RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA – O senhor Presidente referiu que no âmbito do ofício remetido pela ERSAR, sobre a matéria da competitividade salarial objeto de reclamação administrativa apresentada pela ERSUC no processo de definição dos proveitos permitidos para o período regulatório 2025-2027, e em consideração a algumas questões já colocadas, a ERSUC em comunicação remetida à Câmara Municipal prestou os devidos esclarecimentos, dado estar a decorrer o prazo de pronúncia à reclamação da ERSUC.-----

----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia relativamente à reclamação apresentada pela ERSUC sobre a denominada “competitividade salarial”, importa adotar uma posição equilibrada. Reconheceu as dificuldades de recrutamento e retenção no setor dos resíduos, sublinhando que garantir a estabilidade das equipas e a qualidade do serviço público é essencial. Salientou, contudo, que é também responsabilidade do Município assegurar que não existam impactos tarifários desproporcionados nem encargos diferidos que possam vir a onerar futuramente os municípios e os munícipes. Referiu ainda que, de acordo com a informação prestada, o custo poderá ser absorvido pelo saldo regulatório, sem impacto na tarifa de 2026, considerando tratar-se de uma garantia relevante, mas que deve ser devidamente clarificada e acompanhada. Concluiu defendendo prudência, transparência e rigor na avaliação do processo, salvaguardando o interesse público e a sustentabilidade financeira do sistema.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.4 – ERSUC/DISTRIBUIÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GÓIS EM 2025 – O senhor Presidente referiu que em conformidade com o disposto no Dec. Lei 41/2018 de 8 de agosto, a ERSUC comunicou a distribuição do encaminhamento de resíduos

urbanos do Município, para as diferentes operações de gestão, durante o ano de 2025, ou seja, as quantidades recolhidas no Município de papel, vidro e plástico. Referiu desejar nota aos cidadãos do concelho que a separação correta em casa é fundamental, bem como nos respetivos ecopontos em virtude de que a empresa responsável pela recolha seletiva confronta-se com situações inaceitáveis, uma vez que as pessoas depositam o lixo em todos os locais menos nos contentores, verificando-se que podem colocar os resíduos nos respetivos ecopontos, verificando esporadicamente que se encontram apinhados, podendo, ainda que pontualmente, os cartões de maior dimensão e garrafas serem colocados ao lado do contentor, contudo o que se verifica é ser uma prática recorrente ainda que os contentores não estejam completos, facto que em nada abona o aspeto nestas zonas. Neste sentido, referiu que sempre que se verifica o excesso de material em redor dos ecopontos e também que estes estejam repletos a Câmara Municipal contacta as empresas, APIN e ERSUC, para proceder à recolha dos detritos.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu subscrever as palavras do senhor Presidente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

3.5 – APIN/AUSCULTAÇÃO - EVENTUAL DEVOLUÇÃO DA TARIFA FIXA DA ÁGUA – O senhor Presidente referiu que na sequência do conjunto de tempestades que afetou os municípios servidos pela APIN a partir de 28 de janeiro de 2026, encontra-se em análise a eventual adoção de uma medida excecional de apoio aos utilizadores, consubstanciada na devolução da tarifa fixa do serviço de abastecimento de água, relativamente ao período compreendido entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro de 2026. A medida incide exclusivamente sobre a componente fixa da tarifa de abastecimento de água, esclarecendo que o valor da tarifa fixa diária depende do calibre do contador instalado, situando-se entre: 0,18065 € por dia (valor mínimo) e 1,75128 € por dia (valor máximo), sendo que a grande maioria dos contratos ativos se encontra posicionada no escalão mínimo, correspondente ao calibre mais comumente instalado.-----

-----Referiu ainda que o impacto financeiro estimado para o Município de Góis, para o período de 19 dias (28 de janeiro a 15 de fevereiro), é o seguinte: 763,00 € p/dia, perfazendo 14,491,00€ no referido período. -----

-----Face ao exposto e para efeitos de efeitos de consolidação institucional, referiu ter sido dado o prazo até ao dia 18.02.26 para que o Município se pronunciasse, tendo autorizado a adoção de



uma medida excecional de apoio aos utilizadores, consubstanciada na devolução da tarifa fixa do serviço de abastecimento de água, relativamente ao período compreendido entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro de 2026, pelo que sendo da competência da Câmara Municipal deliberar sobre a matéria em questão, solicitou que o seu despacho seja objete de ratificação.-----

-----Referiu ainda que a deliberação dos Municípios terá que ser por unanimidade por uma questão de procedimentos que terão que ter tomados, não tendo presentemente conhecimento da posição tomada por todos os Municípios, tendo um Município informado que a sua posição não seria favorável, pelo que poderá inviabilizar aquele que será uma pretensão dos restantes Municípios. -----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia relativamente à proposta da APIN para devolução da componente fixa da tarifa de água no período compreendido entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro, referiu que os Vereadores do Partido Socialista acompanham a ratificação da decisão anteriormente comunicada, favorável ao proposto. Saliou que, face ao contexto excecional provocado pelas tempestades que afetaram o concelho, o Município deve estar ao lado dos seus munícipes e associar-se a esta medida de compensação. Não deixou, contudo, de sublinhar que o encargo financeiro recai exclusivamente sobre o Município, o que evidencia, uma vez mais, a necessidade de maior corresponsabilização do Estado e das entidades competentes quando estão em causa fenómenos extremos com impacto territorial significativo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de aprovação de adoção de uma medida excecional de apoio aos utilizadores, consubstanciada na devolução da tarifa fixa do serviço de abastecimento de água, relativamente ao período compreendido entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro de 2026.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

3.6 – EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/27/RATIFICAÇÃO – Foi presente a informação da DGUPA - Serviço Administrativo, datada de 05.02.26, relativa ao pedido de certidão de constituição de compropriedade, Processo Nº 2026/450.30.003/27.-----

-----O senhor Presidente esclareceu que por motivo de urgência dos requerentes, e pelo facto de a situação em apreço não visar dissimular um parcelamento físico nem constituir violação do regime jurídico dos loteamentos urbanos, autorizou o deferimento da pretensão apresentada por motivos de urgência da requerente, pelo que sendo da competência da Câmara Municipal

solicitou que o seu despacho fosse ratificado. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de autorização da constituição da referida compropriedade. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO

INDETERMINADO – O senhor Presidente considerando que dispõem os nºs 1 e 2 do artigo 30º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (Lei que aprova em anexo a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – doravante designada de LTFP) que “O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo”, podendo o recrutamento ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante se trate de uma necessidade permanente ou temporária e, que para o ano de 2026, o Orçamento do Estado, aprovado pela Lei nº 73-A/2025, de 30 de dezembro, não impõe qualquer tipo de obrigação ou restrição ao recrutamento de trabalhadores dos municípios que não se encontrem em situação de saneamento ou de rutura, como é o caso do Município de Góis. Referiu que a publicação do Decreto-Lei nº 10/2024, de 8 de janeiro - “Simplex Urbanístico” determina uma mudança significativa quanto ao controlo urbanístico, impondo maiores responsabilidades à administração, não apenas na fiscalização, mas também nos prazos de análise, sendo que a área da geografia necessita cada vez mais de acompanhamento técnico especializado, de forma a dar resposta às diversas solicitações nas áreas de cartografia, foto interpretação, deteção remota e sistemas de informação geográfica. Neste sentido, os Serviços Técnicos da DGUPA têm feito um esforço acrescido na tentativa de diminuir prazos de tramitação e aprovação dos diversos processos, procurando, mesmo com o reduzido número de técnicos disponíveis, imprimir maior celeridade na análise e resolução dos mesmos, em diversas áreas como engenharia civil, engenharia eletrotécnica e Geografia (ordenamento do território). Paralelamente, existe também uma necessidade de reforço de recursos humanos, no que se refere às funções específicas de Assistente Operacional (coveiro), dispondo o município, presentemente, de apenas um trabalhador afeto a estas funções. Acresce que, o Município de Góis tem sentido algumas dificuldades no preenchimento de alguns lugares para os quais já decorreram

procedimentos concursais, como engenharia civil; eletrotécnica/mecânica e coeiro pelo que é necessário proceder uma vez mais à abertura dos mesmos, sendo que os lugares em causa se encontram previstos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026, aprovado na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2025, após proposta do Órgão Executivo.-----

-----Face ao exposto, o senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal, nos termos previstos no artigo 30º da LTFP, na sua atual redação, autorize a abertura dos procedimentos concursais para recrutamento de trabalhadores para os postos de trabalho a seguir identificados, nos termos previstos no nº 4, do artigo 30º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação (LTFP), podendo candidatar-se trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável, ou indivíduos sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecido. O recrutamento será efetuado pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de requalificação, e esgotados esse, dos restantes candidatos, conforme previsto na alínea d), do nº 1, do artigo 37º da LTFP.-----

-----DGUPA:-----

-----a) Atividade 36 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Técnico Superior – Engenharia Eletrotécnica/Eletromecânica – Serviços Técnicos – 1 lugar; -----

-----b) Atividade 37 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Técnico Superior – Engenharia Civil – Serviços Técnicos – 2 lugares; -----

-----c) Atividade 41 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Técnico Superior – Geografia e Ordenamento do Território – Serviços Técnicos - 1 lugar; -----

-----d) Atividade 56 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Assistente Operacional – Coveiro – serviço de Salubridade e Qualidade de Vida - 1 lugar. -----

-----O senhor Presidente referiu que nos termos previstos no artigo 16º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, foi efetuado, já no presente ano de 2026, consulta à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), na qualidade de Entidade Gestora de Requalificação nas Autarquias (EGRA), a fim de verificar da existência de candidatos em situação de valorização profissional, sendo que foi rececionada a resposta seguinte: *“no caso da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a entidade gestora da requalificação que se constitui no âmbito de cada entidade intermunicipal, (EGRA) não se encontra constituída, nem existe lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação para*

as carreiras/categorias indicadas”.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que a proposta em apreciação visa o reforço da Divisão de Gestão Urbanística, Planeamento e Ambiente com cinco novos postos de trabalho, quatro técnicos superiores e um assistente operacional. Começou por afirmar que é favorável ao reforço de recursos humanos sempre que tal se revele necessário ao bom funcionamento dos serviços, sublinhando que o Município deve dispor de capacidade técnica adequada para responder às exigências legais, aos cidadãos e aos investidores. Reconheceu que o denominado *Simplex Urbanístico* trouxe novas responsabilidades e maior pressão sobre os serviços técnicos, salientando igualmente que a redução de prazos e o aumento da capacidade de resposta são fatores essenciais para a dinamização do concelho. Não obstante, assinalou algumas reservas. Em primeiro lugar, referiu que a proposta não apresenta dados objetivos que sustentem de forma clara a dimensão do reforço pretendido, desconhecendo-se o número de processos pendentes, o prazo médio atual de decisão e a melhoria estimada com a entrada dos novos trabalhadores. Em segundo lugar, destacou que se trata de um aumento estrutural da despesa corrente, recordando que a despesa com pessoal assume natureza permanente e impacto plurianual. Num município com recursos limitados, considerou que decisões desta natureza devem ser acompanhadas de total transparência quanto ao respetivo impacto financeiro. Em terceiro lugar, sublinhou que o próprio documento reconhece dificuldades anteriores no recrutamento, o que, no seu entendimento, exige reflexão. Referiu que não basta abrir concursos sucessivos, sendo importante perceber se as dificuldades resultam da atratividade do território, das condições oferecidas ou da organização interna dos serviços. Acrescentou que o reforço técnico apenas fará sentido se estiver integrado numa estratégia clara, orientada para acelerar processos de investimento, dinamizar a construção e a reabilitação, melhorar a capacidade de execução de fundos comunitários e servir melhor os cidadãos e as empresas. Concluiu defendendo que, caso o reforço seja considerado necessário, deve o mesmo ser enquadrado numa estratégia clara de melhoria do serviço público municipal, propondo que a decisão seja acompanhada da definição de metas de redução de prazos, da monitorização do volume processual e da realização de uma avaliação, no prazo de 12 meses, sobre o impacto efetivo do reforço. Referiu, por fim, que reforçar recursos humanos não constitui, em si mesmo, um problema; o problema seria fazê-lo sem garantir ganhos reais de eficiência, qualidade e

desenvolvimento para o concelho.-----

-----O senhor Presidente referiu que apesar de o senhor Vereador justificar as suas intervenções entende estar um pouco desfasado da realidade da Câmara Municipal porquanto já se aposentou um engenheiro civil e brevemente um outro irá aposentar-se, ficando apenas no mapa de pessoal um posto de trabalho ocupado, não se colocando a questão da atratividade, porquanto recentemente o mapa de pessoal integrou duas Técnicas de Arquitetura que concorreram simultaneamente para outro Município e a opção recaiu no Município de Góis. Sobre a questão de o Município estar dotado de mais trabalhadores naturalmente que incide na capacidade de executar o trabalho de outra forma e poder responder de maneira mais célere aquelas que são as necessidades e pedidos que, de alguma forma, se vão acumulando, porquanto não resultam somente de pedidos de obras particulares, mas também de todas as respostas que o Município é obrigado a emitir a vários processos, sendo exemplo disso as solicitações da CIMRC, que diariamente obrigam os Técnicos a deixarem de fazer o que tem impacto, ou seja, de responderem aos pedidos apresentados diariamente. Em relação ao posto de trabalho de Eng. Eletrotécnica/Eletromecânica referiu que não temos nenhum Técnico na área que analise o impacto financeiro que tem o pagamento mensal dos serviços de eletricidade, sendo um trabalho que deve ser efetuado no sentido de percebermos onde e como é que poderemos economizar nesta área e uma melhor gestão da rede pública de eletricidade. Ainda sobre os anteriores procedimentos concursais para recrutamentos dos referidos postos de trabalho informou que efetivamente tiveram opositores, contudo uns não reuniam os requisitos necessários, sendo exemplo disso o lugar de coveiro, e outros entenderam que o salário seria baixo em função ao que é praticado no privado, pelo que o presente procedimento serve para colmatar falhas existentes nos serviços acrescentando a esse facto que os técnicos existentes encontram-se sobrecarregados fazendo horas extraordinárias para poderem dar resposta em relação aquelas que são as necessidades de trabalho com que nos confrontamos diariamente.-----

-----O senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que, na sua intervenção, salientou a necessidade existente nos serviços, necessidade essa que é evidente face aos prazos atualmente muito dilatados, os quais exigem respostas mais céleres. Acrescentou que a melhoria dessa capacidade de resposta contribuirá para potenciar o investimento no concelho, não subsistindo quaisquer dúvidas quanto a esse impacto positivo.-----

-----O senhor Presidente na sua intervenção referiu que o Técnico vencedor do procedimento concursal para recrutamento de um Engenheiro Civil manifestou desejar um vencimento superior ao que a legislação prevê tendo sido por esse mesmo efeito que não aceitou o lugar uma vez que no privado é situação é aceitável e no público é impossível contorná-la.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores/contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para os seguintes postos de trabalho:-----

-----a) Atividade 36 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Técnico Superior – Engenharia Eletrotécnica/Eletromecânica – Serviços Técnicos – 1 lugar; -----

-----b) Atividade 37 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Técnico Superior – Engenharia Civil – Serviços Técnicos – 2 lugares; -----

-----c)Atividade 41 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Técnico Superior – Geografia e Ordenamento do Território – Serviços Técnicos - 1 lugar; -----

-----d) Atividade 56 do mapa de pessoal para o ano de 2026 – Assistente Operacional – Coveiro – serviço de Salubridade e Qualidade de Vida - 1 lugar. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/RATIFICAÇÃO – O senhor Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia treze de fevereiro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo I da presente Ata, informando que considerando a necessidade de proceder à transferência acima mencionada com a maior brevidade possível, e considerando que o processo, relativamente ao Regulamento Municipal para Concessão de Subsídios, se encontra em conformidade, determinou a sua atribuição, porém sendo uma competência da Câmara Municipal, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, solicitou que o Executivo ratificasse o seu despacho.-----

3.8.1 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação da referida transferência corrente no montante de 20.000,00 €, relativo ao Apoio mensal à atividade corrente.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participou na votação.-----



3.8.2 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação da referida transferência corrente no montante de 2.500,00€, relativo ao Apoio mensal ao funcionamento da 1ª Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participou na votação.---

3.8.3 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a aprovação da referida transferência corrente no montante de 2.500,00€, relativo ao Apoio mensal ao funcionamento da 2ª Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participou na votação.---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E CAPITAL – O senhor Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes e de capital, datado do dia dezanove de fevereiro do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo II da presente Ata.-----

-----**MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**-----

3.9.1 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 220.000,00€, relativo ao ao Apoio mensal à atividade corrente.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participou na votação.---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9.2 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 32.500,00€, relativo ao Apoio mensal ao funcionamento da 1ª Equipa de

Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participou na votação.---

3.9.3 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 32.500,00€, relativo ao Apoio mensal ao funcionamento da 2ª Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação e a Autoridade Nacional de Proteção Civil.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Vereador Jaime Miguel Fernandes Garcia não participou na votação.---

3.9.4 – Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 26.000,00€, relativo ao ao Apoio mensal à atividade corrente/funcionamento.-----

3.9.5 – Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 720,00€, relativo ao Apoio Festival Surva – Bulgária.-----

3.9.6 – Associação Educativa e Recreativa de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 48.000,00€, relativo a Manutenção corrente – apoio mensal/comparticipação ao funcionamento das diversas secções da instituição.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo o senhor Presidente e os senhores Vereadores Paula Cristina Silva Matos Neves e Jaime Miguel Fernandes Garcia não participaram na votação.-----

3.9.7 – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural da Filarmónica Varzeense – FILVAR – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 18.500,00€, relativo à Execução do Plano de Atividades da FILVAR e sua Academia de Música.-----

3.9.8 – Centro Social Rocha Barros – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 5.000,00€, relativo ao



Apoio ao funcionamento e manutenção da instituição.-----

3.9.9 – Associação Cultural e Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 30.000,00€, relativo a despesas de manutenção corrente da Associação. -----

3.9.10 – Associação Cristã de Cultura e Cidadania de Vila Nova do Ceira – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 10.000,00€, relativo ao Apoio ao funcionamento e manutenção da instituição.-----

3.9.11 – Associação de Juventude de Vila Nova do Ceira – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 2.000,00€, relativo ao apoio à manutenção da Associação.-----

3.9.12 – Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 12.000,00€, relativo Apoio ao funcionamento da resposta social creche.-----

3.9.13 – Rancho Infantil Mensageiros da Alegria – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 5.000,00€, relativo à Organização do XXXIV Festival de Folclore.-----

3.9.14 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 10.000,00€, relativo ao Apoio à manutenção corrente/ funcionamento da instituição.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo a senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves não participou na votação.-

3.9.15 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 5.000,00€, relativo ao manutenção do Centro Cívico e Cultural de Góis.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo a senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves não participou na votação.-

3.9.16 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de 1.000,00€, relativo à constituição da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo a senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves não participou na votação.-

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

-----**MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL**-----

3.9.17 – Freguesia de Alvares – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

3.9.18 – União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

3.9.19 – Freguesia de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

3.9.20 – Freguesia de Vila Nova do Ceira – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5000,00€ relativo à Manutenção e beneficiação de arruamentos na freguesia.-----

3.9.21 – Comissão de Melhoramentos do Soito – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 3.000,00€, relativo a Obras de reconstrução de muro de pedra.-----

3.9.22 – Comissão de Melhoramentos dos Povorais – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 3.000,00€, relativo a Aquisição de equipamentos – Sede da Comissão.-----

3.9.23 – Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência de capital no montante de 5.000,00€, relativo a Aquisição de viatura com transformação – cadeira de rodas 100% elétricas.-

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo a senhora Vereadora Ana Paula Rodrigues Gonçalves não participou na votação.-

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do vinte e três de fevereiro do ano em curso, no montante de quatro



milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e sete euros e cinquenta e noventa e um cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ATA DA REUNIÃO ANTERIOR; APIN/AUSCULTAÇÃO - EVENTUAL DEVOLUÇÃO DA TARIFA FIXA DA ÁGUA; EMISSÃO DE CERTIDÕES/PROCESSO Nº 2026/450.30.003/27/RATIFICAÇÃO; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES/CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/RATIFICAÇÃO; MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E CAPITAL.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas onze horas e vinte e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
